

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaques: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: A Comissão de Ética tarda... e falha](#)..... 2

Correio Braziliense

[Título: MP da Eletrobrás pode elevar tarifa em até 7%](#)..... 10

Valor Econômico

[Título: Governo decide dar prioridade à aprovação da MP da Eletrobrás](#) 19

[Título: Relator prevê criação de fundo para financiar rede de gasodutos](#) 20

[Título: Petrobras e Eletrobrás chegam a acordo](#)..... 23

[Título: MME propõe metas para o RenovaBio](#)..... 34

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: A Comissão de Ética tarda... e falha..... 2

Título: Prova de fidelidade 3

Título: Aécio depõe sobre propina em usina 4

Título: Petrobras amplia Conselho de Administração..... 5

Título: Briga por Eletropaulo chega até a Europa 6

VEÍCULO: Folha de S. Paulo7

Título: Briga por Eletropaulo chega à União Europeia..... 8

Título: Com gás de cozinha mais caro, 1,2 milhão recorre a lenha..... 9

VEÍCULO: Correio Braziliense10

Título: MP da Eletrobrás pode elevar tarifa em até 7%..... 10

Título: Fim do rodízio está próximo	12
VEÍCULO: Valor Econômico.....	16
Título: Nível de reservatórios sobe e vazão do rio São Francisco aumenta depois de 5 anos	16
Título: Início do período seco deve acionar bandeira amarela.....	18
Título: Governo decide dar prioridade à aprovação da MP da Eletrobrás	19
Título: Relator prevê criação de fundo para financiar rede de gasodutos	20
Título: Com alta do gás, 1,2 milhão de casas passam a cozinhar com lenha ou carvão	20
Título: Merkel vai aos EUA para tentar evitar tarifa ao aço da UE	21
Título: Petrobras e Eletrobrás chegam a acordo.....	23
Título: CVM terá que organizar regras para disputa por controle da Eletropaulo	25
Título: Decreto do governo define normas para venda de ativos da Petrobras.....	28
Título: Conselho da estatal passará a ter 40% dos membros independentes	29
Título: Vale reorganiza área de metais de olho na demanda do carro elétrico.....	30
Título: Anglo contrata experts para varrer dutos	32
Título: Hydro alerta sobre risco de baixa contábil	34
Título: MME propõe metas para o RenovaBio.....	34
Título: Destaques	36
Título: Petros vai leiloar sede e mais seis imóveis	36

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Bernardo Mello Franco

Título: A Comissão de Ética tarda... e falha

No fim de dezembro, o ministro Carlos Marun protagonizou uma cena de chantagem explícita. Em entrevista, ele sugeriu que os governadores interessados em recursos federais tinham a obrigação de apoiar a reforma da Previdência. Quem não garantisse os votos ficaria sem os repasses da Caixa. Ontem a Comissão de Ética Pública anunciou sua deliberação sobre o episódio.

Depois de quatro meses de reflexão, decidiu aplicar uma advertência ao ministro. Como diria meu colega Ancelmo Gois: não é nada, não é nada... não é nada mesmo. Num governo repleto de delatados, a existência de uma comissão de ética parece tão inútil quanto a Marinha da Bolívia. No caso do país vizinho, ainda resiste o sonho de reconquistar uma saída para o Pacífico.

Além de não ter consequências práticas, as decisões da comissão costumam chegar tarde demais. Em janeiro, o órgão aprovou uma censura pública a Marcos Pereira, gravado tomando dinheiro de Joesley Batista. O bispo já estava fora do Ministério da Indústria havia três semanas. Em fevereiro, a comissão aprovou outra censura pública a Fábio Medina Osório, acusado de violar o código de conduta do governo.

Neste caso, o atraso foi de um ano e cinco meses. Ele havia saído da Advocacia-Geral da União em 2016. Em março, a censura foi aplicada a Fernando Segovia, o delegado que pensava ser advogado do presidente. Ele já tinha deixado o comando da Polícia Federal no mês anterior. Estava de malas prontas para virar adido em Roma. Em outros episódios, a comissão simplesmente não decide.

O ministro Moreira Franco é alvo de três investigações por suspeita de favorecer empresas privadas. A mais antiga, que envolve a Odebrecht, completa um ano hoje. Ainda não tem data para ser examinada. O presidente da comissão, Luiz Navarro, diz que muitas denúncias empacam porque o Supremo demora a enviar cópias dos inquéritos. Ele acrescenta que o órgão não tem meios próprios para investigar.

Ainda que tivesse, não poderia fazer muita coisa. Nos casos mais graves, a comissão só tem poderes para recomendar a exoneração de ministros. A decisão cabe ao presidente da República. E o atual já deixou claro que não vê problema ético em se cercar de auxiliares como Moreira e Marun.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Lydia Medeiros

Título: Prova de fidelidade

Poder em jogo

O projeto para sustar o decreto presidencial que incluiu a Eletrobrás no programa de desestatização pode servir como teste para o governo avaliar o apoio à privatização da estatal. A proposta foi apresentada por PT, PDT, PSB e PSOL. A venda da empresa é uma das prioridades do governo, mas está emperrada no Congresso.

VEÍCULO: O Globo**Seção: O País****Autor: Jailton De Carvalho****Título: Aécio depõe sobre propina em usina**

Tucano é acusado de ter recebido R\$ 50 milhões de duas empreiteiras

-BRASÍLIA- O senador Aécio Neves (PSDB-MG), acusado de ter recebido R\$ 50 milhões da Odebrecht e da Andrade Gutierrez para defender os interesses das empresas nas obras das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, prestou depoimento ontem à Polícia Federal sobre o caso.

Em quase três horas e meia, o senador foi interrogado sobre sua suposta atuação junto ao consórcio que executou as obras da usina de Santo Antônio. De acordo com os delatores das construtoras, a propina foi acertada em 2008, quando Aécio era governador de Minas Gerais. Do total acertado, R\$ 30 milhões foram pagos pela Odebrecht e R\$ 20 milhões pela Andrade Gutierrez.

Em nota, a defesa de Aécio afirmou que o tucano prestou todos os esclarecimentos. “Por se tratar de empreendimento conduzido pelo governo federal à época (usina de Santo Antônio), ao qual o senador e seu partido faziam oposição, não há nada que o vincule às investigações em andamento. Os próprios delatores afirmaram em seus depoimentos que as contribuições feitas às campanhas do PSDB e do senador nunca estiveram vinculadas a qualquer contrapartida”, diz a nota.

Na semana passada, a Primeira Turma do STF acolheu denúncia formulada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o senador. A partir de então, Aécio passou a ser processado por corrupção passiva e obstrução de Justiça, por ter tentado atrapalhar as investigações da Lava-Jato.

Também ontem, o ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), enviou para o juiz federal Sergio Moro e para a Justiça Eleitoral um inquérito aberto para investigar o ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB). O caso é baseado na delação de executivos da Odebrecht.

BETO RICHA PERDEU FORO

A decisão do ministro foi tomada a pedido do Ministério Público Federal (MPF). Como era governador, Richa tinha foro no STJ. Mas ele deixou o cargo para poder concorrer nas eleições deste ano.

“Diante desse fato, que foi trazido de forma superveniente na esfera deste procedimento criminal, num juízo prévio pertinente a essa etapa das apurações, entendo que tem razão o MPF, quando postula o envio deste feito para ambos os juízos — eleitoral e federal comum —, a fim de que estes, nos limites de suas jurisdições, possam dar encaminhamento à investigação”, decidiu o ministro Og Fernandes.

Segundo Benedicto Júnior, executivo da Odebrecht, Richa, apelidado de “Brigão”, recebeu via caixa dois R\$ 100 mil e R\$ 450 mil nas campanhas de 2008 e 2010, respectivamente. De acordo com o delator, os valores foram repassados à campanha de Richa por ele ser um nome proeminente do PSDB, com chances de crescer no cenário local e nacional.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordonez

Título: Petrobras amplia Conselho de Administração

Número de membros subiu de 9 para 11 em assembleia que aprovou dividendos trimestrais

Em uma assembleia longa, marcada por protestos, acionistas da Petrobras aprovaram ontem a ampliação de nove para 11 o número de membros do Conselho de Administração da empresa. Entre os eleitos para os cargos por um ano, oito foram indicados pela União, que ficou com as duas novas vagas. Os empregados continuaram a eleger um dos conselheiros, mas reclamaram da aprovação de regra que impede a participação do representante dos trabalhadores em comitês técnicos.

Outra mudança no estatuto aprovado pela assembleia, de grande interesse dos acionistas, foi no pagamento de dividendos, que passará a ser trimestral. Dessa forma, se a estatal der lucro no primeiro trimestre deste ano, poderá já distribuir ganhos. Não houve reajuste da remuneração global de diretores e conselheiros, cujo teto é de R\$ 28,34 milhões entre abril de 2018 e março de 2019.

Foram reeleitos cinco membros do Conselho, entre eles o atual presidente, Luiz Nelson Guedes de Carvalho, e o presidente executivo da companhia, Pedro Parente. A União indicou ainda Ana Lucia Poças Zambelli, Clarissa de Araújo Lins e José Alberto de Paula Torres Lima. O engenheiro Christian Queipo foi eleito pelos empregados. Marcelo Mesquita Siqueira Filho, é o representante dos donos de papéis ordinários (ON, com direito a voto) e Sônia Júlia Sulzbeck Villalobos, dos preferencialistas (PN, sem direito a voto).

Na assembleia, minoritários criticaram a venda de ativos e salários de executivos. Sindicalistas protestaram em frente à sede da estatal contra leilões de áreas de exploração de petróleo.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Roberta Scrivano

Título: Briga por Eletropaulo chega até a Europa

Espanhola Iberdrola se queixa da italiana Enel no órgão executivo da UE

-São Paulo- A disputa para a aquisição da distribuidora de energia Eletropaulo entre a italiana Enel e a Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, foi parar na Comissão Europeia, o órgão executivo da União Europeia (UE). Depois de ver suas propostas cobertas sucessivamente pelos italianos, na quarta-feira a Iberdrola enviou carta ao órgão acusando a Enel de violar princípios da livre concorrência e de tirar proveito de posição monopolista, por ter como acionista majoritário o governo italiano. Ontem, em resposta, a Enel retrucou, também em correspondência ao órgão, que "a falta de substância de todas as alegações é bastante surpreendente para um documento desse tipo"!

Apesar da queixa da Iberdrola, a Enel voltou a subir ontem sua proposta pela Eletropaulo, para R\$ 32,20 por ação. Foi seu terceiro "lance" no leilão em que se transformou a oferta pública para aquisição de ações (OPA) da distribuidora paulista. Na quarta-feira, a Enel já havia elevado sua oferta, para R\$ 32, mas, poucas horas depois, a Neoenergia cobriu-a, com R\$ 32,10 por ação.

Pagando R\$ 32,20 por ação, a Enel teria de desembolsar R\$ 5,4 bilhões para obter o controle total da empresa.

Além de ter seu lance coberto pela concorrente, na noite de quarta-feira a Neoenergia viu o Conselho de Administração da Eletropaulo cancelar uma operação de capitalização da empresa, anunciada há duas semanas. A revogação desta oferta de ações era uma condição da Enel para validar sua proposta.

Entre os atrativos da distribuidora paulista, dizem analistas, estão o tamanho da sua concessão, que abrange a Região Metropolitana de São Paulo — o maior poder aquisitivo do país —, e a alta densidade de clientes por quilômetro quadrado.

Para o professor da UFRJ Nivalde de Castro, especialista no setor elétrico, a acirrada disputa pela distribuidora reflete o fato de o ativo estar barato, já que a Eletropaulo, enquanto foi controlada pela americana AES, "investiu pouco e acabou sucateando a sua rede": — A Eletropaulo tem uma concessão fantástica, que, se receber investimentos, é uma mina de ouro. Mas a AES trabalhou nos moldes do capitalismo americano. Seu objetivo era só pagar dividendos de três em três meses, sem pensar no longo prazo.

A Eletropaulo está entre as últimas colocadas no ranking de qualidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Trocam-Se Lojas Por Postos

Mercado Aberto

O Grupo Zema, empresa mineira que atua no varejo em seis estados e tem uma distribuidora de combustível e uma rede de postos de gasolina, vai aportar R\$ 45 milhões em seus negócios neste ano. A maior parte do investimento será destinada ao negócio de combustíveis.

Cerca de R\$ 10 milhões serão aplicados na abertura de ao menos 30 postos (hoje são 35). Outros R\$ 20 milhões serão investidos em logística e na construção de uma base de distribuição em Uberlândia (MG). Cerca de 70% da obra é financiada pelo BNDES. No varejo, a rede deverá reduzir suas operações.

"Fechamos cerca de cem lojas entre 2016 e 2017. Vamos seguir com a revisão das unidades deficitárias e aportar R\$ 15 milhões para reformular a estratégia no canal digital", diz o CEO, Cezar Chaves. A empresa chegou a ter 522 unidades; hoje conta com 439. O grupo cresceu 10% em receita no ano passado devido ao bom resultado de sua unidade de petróleo.

VERBA PARA DIVERSIFICAR

A Fundação Renova vai lançar nesta sexta (27) um fundo de R\$ 55 milhões para atrair empresas fora do ciclo da mineração para Mariana (MG). A entidade foi criada pela Samarco e suas controladoras BHP Billiton e Vale para mitigar danos do desastre ambiental da barragem do Fundão.

"A ideia é diversificar a economia e atrair projetos para o município", diz Marco Crocco, presidente do BDMG (banco de desenvolvimento mineiro), que vai gerir o processo. O recurso da Renova será usado para reduzir a taxa de juros do financiamento obtidos pelas empresas selecionadas.

COM Felipe Gutierrez, Igor Utsumi, Ivan Martinez-Vargas e Arthur Cagliari

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Briga por Eletropaulo chega à União Europeia

Espanhola Iberdrola, controladora da Neoenergia, diz que italiana Enel faz competição desleal por distribuidora paulista

São Paulo A disputa pela compra das ações da Eletropaulo, travada entre a empresa espanhola Iberdrola, controladora da Neoenergia, e a italiana Enel foi parar na Comissão Europeia, braço executivo da União Europeia.

A Iberdrola enviou, na quarta-feira (25), uma carta ao órgão europeu, em Bruxelas, em que acusa a Enel, que é estatal, de adotar práticas anticompetitivas na Europa e no Brasil.

"Nesse processo [da Eletropaulo], vê-se claramente que a Enel não respeita as regras de processos competitivos promovidas por empresas privadas e está se aproveitando de sua condição de empresa pública italiana para tentar influenciar o conselho da empresa que organiza o processo e o regulador brasileiro e intimidar os concorrentes na oferta", diz a carta.

O grupo também acusa a Enel de se aproveitar de vantagens regulatórias e menores custos de capital para tomar decisões de investimento mais agressivas, "fora do alcance de seus concorrentes". A Iberdrola também tem entre seus acionistas uma estatal, do Qatar, mas que detém apenas 8,6%.

O envio da carta ocorreu após a decisão da Eletropaulo de cancelar uma oferta pública de distribuição de ações, que ocorria paralelamente ao processo de venda da empresa e que havia sido fechado com a Neoenergia.

A italiana vinha questionando a emissão, sob o argumento de que a operação traria uma vantagem competitiva à sua concorrente. A empresa ainda afirmou

que só continuaria na disputa caso a emissão de ações fosse suspensa — levando o conselho a cancelar a operação, em reunião na quarta.

O questionamento da Enel irritou o grupo espanhol, que disputa posição com a companhia italiana em diversos países do mundo.

Na própria carta enviada à Comissão Europeia, a Iberdrola traz à tona outra briga entre as companhias europeias, referente a uma usina nuclear cuja operação as empresas dividiam —deixando claro que o embate entre as duas não se restringe ao mercado brasileiro.

Nesta quinta-feira (26), a Enel rebateu a carta da Iberdrola, afirmando que as alegações não têm substância e buscam unicamente evitar uma concorrência justa pela Eletropaulo.

Em meio à troca de farpas dos grupos europeus, os lances pela distribuidora de energia paulista só aumentam: após a Neoenergia oferecer R\$ 32,10 por ação, a Enel novamente subiu a oferta a R\$ 32,20 nesta quinta.

Comisso, o desembolso total pela companhia paulista já chega a R\$ 53,9 bilhões.

O leilão da distribuidora está marcado para o dia 18 de maio, na B3, em São Paulo. Até lá, a expectativa do mercado é que a escalada das ofertas continue.

As ações das distribuidoras fecharam nesta quinta em R\$ 33,11, com alta de 7,96%. Desde o fechamento da quinta-feira passada (19), os papéis da empresa tiveram aumento acumulado de 14,77%.

Quem vencer a concorrência pela compra da Eletropaulo deverá se consolidar como líder em distribuição de eletricidade no Brasil, posto hoje ocupado pela CPFL, comprada pela chinesa State Grid.

A disputa beneficia também o governo federal, que detém cerca de 26% do capital da Eletropaulo, por meio de investimentos diretos da União e do BNDES. A companhia americana AES é dona de 16,84% do capital da empresa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona e Alia Luiza Albuquerque

Título: Com gás de cozinha mais caro, 1,2 milhão recorre a lenha

Após um aumento de 16,4% no preço do botijão em 2017, mais famílias passaram a cozinhar com lenha ou carvão

RIO DE JANEIRO E CURITIBA- No ano em que preço do gás de cozinha teve alta histórica, 1,2 milhão de domicílios brasileiros passaram a usar também lenha e carvão como alternativa para cozinhar, aponta pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em 2017, 12,3 milhões de domicílios usaram lenha ou carvão como combustível para cocção, crescimento de 11% com relação aos 11,1 milhões verificados no ano anterior.

Em junho de 2017, a Petrobras alterou sua política de preços do gás de cozinha e passou a acompanhar mais de perto as cotações internacionais do produto.

Para o consumidor, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o botijão de gás teve aumento de 16,4% no ano, já descontando a inflação. Foi o maior desde 2002.

Houve maior disseminação do uso de lenha ou carvão em todas as regiões, com destaque para o Norte (alta de 16%) e Sudeste (13%). Entre as capitais, a maior alta se deu em Curitiba, onde o número de domicílios onde lenha ou carvão foram usados para cocção quase triplicou, saltando de 18 mil para 51 mil.

A auxiliar de limpeza Rose Pessoa, 59, foi um dos curitibanos que deixou o gás de lado. Há cerca de dois anos, a moradora do bairro de Sítio Cercado, na zona sul da cidade, decidiu começar a usar lenha para cozinhar. Ela diz que recolhe pedaços de madeira descartados por trabalhadores da construção civil.

Rose conta que pagou R\$ 65 na última vez em que comprou gás. Como precisou parar de trabalhar por problemas de saúde, teve que apertar o orçamento. "Achei que estava muito caro, uma pessoa de baixa renda não tem como comprar", reclama.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: MP da Eletrobrás pode elevar tarifa em até 7%

Após ficar evidente que a Medida Provisória nº 814, que trata da privatização da Eletrobrás e pode ser votada em 8 de maio pela comissão mista do Congresso

Nacional, deve provocar aumento de 7% na tarifa de energia elétrica, o governo reuniu, ontem, as principais autoridades do setor para debater a modicidade tarifária. **O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, admitiu que os brasileiros pagam a quinta maior tarifa do mundo por eletricidade e vários agentes do setor afirmaram que as iniciativas que estão no Legislativo caminham na direção de aumentar ainda mais a conta de luz.

A reunião no MME foi uma reação ao relatório apresentado na véspera pelo deputado Júlio Lopes (PP-RJ) na comissão mista do Congresso. O relator da MP 814 incluiu no texto a ampliação de subsídios para o fornecimento de gás para a região Norte, aumento no preço do gás para termelétricas e elevação da remuneração da usina nuclear Angra 3, cujas obras estão paralisadas por suspeita de corrupção. Ao realizar uma análise técnica do relatório, a Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) estimou que as tarifas subirão 7% se for aprovado como está.

Ajustes

O secretário executivo do MME, Márcio Felix, disse que o texto deve passar por ajustes antes de ser aprovado na comissão mista. “O importante é ser votado, porque temos um calendário muito curto. Depois, o governo fará os vetos que entender necessários. O processo precisa andar”, ponderou. Segundo ele, o ministério está elaborando um documento para buscar a modicidade tarifária.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, e o diretor do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, afirmaram que o relatório do deputado Lopes aumenta ainda mais o custo da energia para os consumidores. “As iniciativas estão indo na contramão de tornar as tarifas mais módicas. As que estão no Congresso Nacional caminham na direção de aumentar a conta de luz”, ressaltou Barata.

Rufino destacou que os tributos em cima da tarifa — Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), PIS e Cofins — têm uma facilidade “extraordinária” de arrecadar, mas, como energia é um serviço essencial, as “alíquotas são exageradas”. “Tradicionalmente, nas decisões do Congresso, se pontua solução para um caso específico e vai se empilhando cada vez mais subsídios. O patamar atual incomoda a Aneel e está em trajetória crescente”, criticou Rufino.

O secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, Fábio Lopes, reconheceu a necessidade de rever os subsídios. “É fácil de dar, mas muito difícil de tirar”, observou. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Reive Barros dos Santos, e o presidente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Rui Altieri, também manifestaram preocupação com a

escalada da tarifa de energia.

- ANP: 884 blocos terão oferta permanente

A diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou ontem o pré-edital e as minutas de contratos do primeiro ciclo da oferta permanente de áreas de petróleo e gás natural no país. Ao todo serão colocados em oferta 884 blocos exploratórios, contra os 838 inicialmente anunciados, já que foram incorporados os 46 não arrematados na 15ª Rodada de Licitações do governo brasileiro. As inscrições dos interessados deve ocorrer a partir da publicação do edital e dos contratos, prevista para 5 de julho. Também ficarão em oferta permanente 14 áreas com acumulações marginais, que com os 884 blocos somam área de 346.034,94 km². Os blocos estão localizados em 15 bacias sedimentares, informou a ANP.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Cidades

Autor: Pedro Grigori

Título: Fim do rodízio está próximo

O Distrito Federal está perto de vencer a crise hídrica. Com a Barragem do Descoberto, principal reservatório da capital federal, beirando o nível de 90% da capacidade e as obras de Corumbá IV dentro dos prazos, o anúncio da data para o fim do racionamento deve ocorrer no próximo mês, segundo o governador Rodrigo Rollemberg. O impacto dos mais de 15 meses do rodízio foi a diminuição em 12% no consumo. Apesar disso, a economia colocou a Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb) no vermelho. Como a empresa é independente do governo, ou seja, trabalha com recursos próprios, a diminuição na venda de água fez com que o faturamento anual caísse em R\$ 110 milhões no ano passado.

Ao Correio, o presidente da Caesb, Maurício Ludovice, mostrou-se cauteloso ao comentar sobre o possível fim do racionamento, que segue sem uma data definida. “Estamos trabalhando para encerrá-lo (o racionamento) ainda neste ano”, disse. Ludovice admitiu que a companhia sente a pressão da população para encerrar a medida, mas explica que a decisão será técnica. “Não podemos nos basear nos otimistas nem nos pessimistas. Em novembro (quando o Descoberto chegou a 5,5%, o menor volume da história), a pressão era para

aumentar o racionamento para dois dias, o que não fizemos”, disse (leia entrevista abaixo).

Na próxima semana, representantes da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa) reúnem-se com integrantes do comitê governamental de combate à crise hídrica. No encontro, será apresentado o atual cenário hídrico do DF e definido os próximos passos, inclusive uma data para o fim do rodízio.

Para o professor Sérgio Koide, do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília (UnB), não deve haver pressa para decretar o término dos cortes de água. O especialista relembra que, em 2016, o Descoberto chegou a marcar 100%, mas, após a seca daquele ano, beirou os 20%, dando início à crise hídrica. “Acredito que é preciso cautela, porque de nada adiantaria encerrar o rodízio hoje para, no meio da seca, a situação se complicar, e voltarmos ao racionamento”, alertou.

Um dos responsáveis pelo aumento do nível dos reservatórios é a interligação dos sistemas. Antes da crise, em 2016, eram retirados, em média, 4.774 litros de água por segundo do Descoberto e 1.228 de Santa Maria. Hoje, os números caíram para 3.210 l/s e 40 l/s, respectivamente. Isso foi possível porque as captações do Bananal, Lago Norte e Torto passaram a ser mais utilizadas. “É importante lembrar que, à época da seca, a outorga de captação do Bananal é apenas a metade dos 700 l/s de agora, enquanto no Torto a situação é semelhante, porque o nível das águas cai rápido. Ou seja, em breve, vamos voltar a utilizar mais o Descoberto e o Santa Maria, que podem começar a baixar rapidamente”, explicou Koide.

Impacto econômico

No ano passado, a receita da Caesb fechou 5% menor do que em 2016. Os impactos dessa queda se tornaram visíveis nesta semana. Na última terça-feira, os servidores da companhia paralisaram as atividades por 24 horas. A direção não chegou a um acordo com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Distrito Federal (Sindágua-DF), que está insatisfeito com a negociação da data-base deste ano. A categoria, que reclama de falta de reajuste desde 2016, reivindica acréscimo salarial de 5,61%. A empresa oferece 1,25%.

Outro pedido do Sindágua é pelo fim do racionamento. “Temos uma sobrecarga de trabalho, fazemos muito mais coisas do que anteriormente. Na última assembleia, aprovamos uma campanha para acabar com o rodízio, porque acreditamos que a população criou um costume de consumo e que o

Descoberto está em um nível alto. O racionamento é ruim para a empresa, gera custos”, disse o diretor de Comunicação do Sindágua-DF, Igor Pontes.

Para sanar a crise, a Caesb pediu uma revisão extraordinária no valor da tarifa de água e esgoto: 9,69% a mais na conta do brasiliense. A Adasa, que decide de quanto será o aumento, sugeriu que a revisão fosse de 2,06%. Anualmente, a partir de 1º de junho, entra em vigor o aumento referente ao reajuste tarifário, que faz parte do Contrato de Concessão, para adequar o valor da conta aos índices inflacionários. Neste ano, a expectativa é de que seja de 0,51%.

Além disso, a cada quatro anos, é feita uma revisão tarifária. A última havia ocorrido em 2016, mas, neste ano, a Caesb fez um pedido extraordinário alegando que, devido à crise hídrica, teve queda no faturamento e no aumento no trabalho. A decisão de quanto será o reajuste na tarifa sairá publicada no Diário Oficial do Distrito Federal da próxima segunda-feira.

>> entrevista Maurício Ludovice, presidente da Caesb

“Não podemos ser levados pela emoção”

O reservatório do Descoberto está quase nos 90%, e o de Santa Maria acima dos 55%. Está perto do fim do racionamento?

Estamos em uma situação muito mais confortável do que há alguns meses. Diria que estamos nos aproximando do que poderíamos chamar de avaliação final do desempenho do racionamento. Trabalhamos para encerrar o corte neste ano, mas não faremos medidas bruscas. Pautamos as nossas decisões em termos técnicos. Não podemos ser levados pela emoção. A situação é melhor, vem chovendo mais, só que é importante deixar claro que é preciso que chova sobre as regiões do Descoberto e do Santa Maria.

Há uma data para o fim do racionamento em maio?

Não diria ao certo que em maio, mas, sim, quando as chuvas pararem, e tivermos os dados consolidados para enfrentar a seca.

No auge da crise hídrica, o Descoberto marcou 5,5%

e até planos de ampliação do racionamento foram feitos.

Desde então, os reservatórios sobem acima até das melhores

metas traçadas pela Adasa. O que explica isso?

Três coisas. Trabalho duro, houve investimento forte da empresa e do governo para aumentar a produção de água no DF, com novas captações. Tivemos apoio da população, que se conscientizou e reduziu o consumo. E, claro, a chuva, que foi melhor do que no ano passado, mas ainda está abaixo da média.

As obras para captação de água do Lago Corumbá passaram por diversas paralisações na última década. O prazo atual, de ser entregue até dezembro deste ano, será cumprido?

Sim, estamos trabalhando para antecipar a entrega, mas o desafio é grande. Especialmente do lado da Saneago (Saneamento de Goiás), que, infelizmente, sofreu um atraso. Hoje, o problema não é a parte civil, mas a entrega e o condicionamento dos equipamentos eletromecânicos. Com Corumbá IV, teremos mais 2 mil litros de água por segundo no sistema, que inicialmente abastecerá Santa Maria e Gama, mas vai avançar, podendo chegar a Taguatinga e Ceilândia no futuro. Além, é claro, de abastecer o Entorno Sul.

Os funcionários da Caesb fizeram uma paralisação de 24 horas na última terça-feira. Como anda a negociação do reajuste salarial da categoria?

A data-base é agora em maio, e estamos no processo de negociação. Esperamos fazer o acordo o mais rápido possível, e estamos buscando que o sindicato entenda a dificuldade da empresa.

O racionamento trouxe prejuízos financeiros para a Caesb?

Na verdade, teve um reflexo no equilíbrio econômico e financeiro da companhia. A Caesb é uma empresa não dependente do governo, ela vive com os recursos da arrecadação. Mas, no último ano, não tínhamos água para ofertar, fomos obrigados a diminuir o volume distribuído e, com isso, o faturamento da empresa caiu.

Trata-se, então, de uma crise econômica?

Não. Apenas um momento ruim, mas estamos otimizando serviços.

Houve contratações na Caesb para suprir as demandas trazidas pelo racionamento?

Na verdade, não. Nós realocamos e treinamos o nosso pessoal, mas não é um trabalho só de apertar botão. Saímos com equipe todos os dias daqui, que cumprem um roteiro. Passam em um registro, fecham duas voltas. Depois,

seguem o roteiro e voltam para esse mesmo primeiro registro para fechar mais três voltas. Não fechamos tudo de uma vez, é preciso ir aos poucos, pois o sistema é antigo, tem cerca de 40 anos, e não foi projetado para um racionamento.

A partir da crise hídrica, o governo ficou mais próximo

da Caesb e passou a investir mais na companhia?

Eu diria que, desde o início do governo, foi mostrada preocupação com a água. Em 2015, nós levamos ao governador a necessidade de fazer investimentos para aumentar a produção de água do DF. E, desde ali, o apoio foi total. Em 2015, retomamos as obras de Corumbá e fechamos o projeto do Bananal, licitando a obra.

Agora que o DF está próximo de vencer a crise hídrica, que lição fica para o futuro?

A população mostrou capacidade de entender a real importância de se preservar os recursos hídricos. Enquanto nós, o governo e a empresa, aprendemos a trabalhar sob pressão. Acho que sairemos fortalecidos. Fizemos investimentos, colocamos água nova no sistema. E não termina com a inauguração do Corumbá IV. Estamos iniciando uma obra de captação da Eta do Gama. Temos ainda uma outorga para captar 2.800 litros por segundo do Lago Paranoá. Terminaremos esse ciclo com um sistema mais flexível e robusto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Marina Falcão e Camila Maia | Do Recife e de São Paulo

Título: Nível de reservatórios sobe e vazão do rio São Francisco aumenta depois de 5 anos

Pela primeira vez em cinco anos, a Agência Nacional de Águas (ANA) vai aumentar a vazão no rio São Francisco. Com melhora na situação dos reservatórios de Sobradinho, Três Marias e Itaparica, por conta das chuvas no período de fevereiro a abril e da acumulação nos anos que água foi poupada, a vazão será aumentada de 550 metros cúbicos por segundo para 600 metros cúbicos por segundo, a partir do dia 1º de maio.

O ajuste é pequeno e a vazão está longe dos níveis anteriores ao período de seca (de 1.200 metros cúbicos por segundo), mas indica uma "reversão de tendência", segundo Joaquim Gondim, superintendente de operações da ANA.

Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a elevação da vazão no rio vai permitir um aumento da geração hídrica na região da ordem de 380 megawatts (MW), reduzindo a geração de energia pelas termelétricas do Nordeste, que têm custo mais elevado.

O ajuste será possibilitado pela melhora na situação hídrica da região. Dados do ONS mostram aumento significativo no nível dos reservatórios na bacia do São Francisco, especialmente Sobradinho, que representa 58,26% do subsistema Nordeste. Hoje, Sobradinho tem 38,08% de seu volume útil, Três Marias tem 48,11% da capacidade total, e Itaparica, 21,22%. Com isso, o subsistema Nordeste chegou a 40,53% de capacidade.

No fim de abril do ano passado, os reservatórios do Nordeste tinham chegado a 21,49% da capacidade total, resultado de um verão de poucas chuvas. Três Marias tinha 31,92% de armazenamento, Itaparica, 18,65%, e Sobradinho, 15,61%.

Gondim diz que novos aumentos de vazão do São Francisco podem ocorrer até o fim do ano. Segundo ele, o mês de abril surpreendeu positivamente em termos de precipitação em quase todo o Nordeste. No caso da região dos reservatórios do São Francisco, é possível dizer que o período de chuvas "já está consolidado" e dá segurança para o aumento da vazão.

A vazão da hidrelétrica de Xingó será aumentada para 690 metros cúbicos por segundo no período de segunda a sexta-feira, entre 10h e 22h. Nos demais horários, a vazão continuará em 550 metros cúbicos por segundo. Com isso, a média semanal passará para 600 metros cúbicos por segundo.

O Nordeste enfrentou estiagem severa desde 2012 e, apesar das chuvas, não é possível dizer que a seca acabou. "Isso só será possível de avaliar depois de acabar o período chuvoso, em junho. Mas tudo indica que ele não será suficiente para recuperar completamente a baixa dos reservatórios dos últimos anos", diz. Ele ressalta que reservatórios importantes como o Castanhão, no Ceará, ainda está com apenas 8% da capacidade.

Dados do monitor de secas do Nordeste, elaborado pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), aponta que a região fechou março com 21,92% do seu território livre de seca relativa. O dado é alarmante, mas é melhor quando comparado a março de 2017, quando apenas 5,54% do Nordeste estava sem seca.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio****Título: Início do período seco deve acionar bandeira amarela**

Chuvas abaixo da média e o início do período seco do ano devem fazer com que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acione a bandeira amarela hoje, com um acréscimo de R\$ 1 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos em maio. Nesta semana, a agência reguladora atualizou as premissas do risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) utilizadas para calcular as bandeiras. Se não fosse por isso, a bandeira tarifária deveria ser o primeiro patamar da vermelha, com custo adicional de R\$ 3,00 a cada 100 kWh.

Estimativas de comercializadoras consultadas pelo **Valor** indicam que o preço de liquidação das diferenças (PLD), referência das operações do mercado à vista de energia, deve ficar acima de R\$ 200 por megawatt-hora (MWh) na próxima semana. Antes, a bandeira tarifária refletia um número sempre muito semelhante ao PLD, que era o custo marginal da operação (CMO). Na prática, a sigla mede o valor mínimo necessário para geração de energia no período, de acordo com a hidrologia e o nível dos reservatórios.

Desde o fim do ano passado, a Aneel aprimorou o mecanismo das bandeiras, e passou a considerar também o nível dos reservatórios e o patamar de GSF em sua conta. Isso aconteceu porque muitas distribuidoras estavam expostas ao risco hidrológico, sem a remuneração adequada pelas bandeiras, causando um descasamento de caixa que eventualmente aumentava o custo dos consumidores com a conta de luz.

Nesta semana, as premissas foram atualizadas, e o déficit hídrico precisa ser maior para que a bandeira vermelha seja acionada.

A Comerc prevê um PLD de R\$ 217/MWh a R\$ 262/MWh para a próxima semana, disse o presidente da comercializadora, Cristopher Vlavianos. A projeção é semelhante com a feita pela Delta Energia. Segundo Débora Mota, gerente de gestão de clientes da comercializadora, a previsão de um maio mais seco deve elevar o preço de energia para acima de R\$ 200/MWh. O déficit hídrico, por sua vez, deve ficar entre 5% e 6%. O GSF deve se acentuar mais no segundo semestre do ano, para uma faixa de 15%.

Para Rafael Bozzo, analista regulatório da Ecom Energia, a estratégia de sazonalização das hidrelétricas afeta muito o GSF e, consequentemente, as bandeiras tarifárias. "Vemos maior probabilidade de bandeira vermelha de julho a novembro", disse.

De acordo com um executivo de uma comercializadora de energia que pediu para não se identificar, os valores de PLD previstos para a próxima semana estariam dentro do primeiro patamar da bandeira tarifária vermelha. Com a mudança dos gatilhos, os valores de PLD se enquadrarão no patamar da bandeira amarela. Segundo ele, para um mesmo valor de PLD e um mesmo número de GSF, a nova metodologia da Aneel pode resultar em uma cor da bandeira tarifária diferente, com um custo inferior ao que seria obtido com a metodologia que a agência vinha utilizando desde setembro do ano passado. "A chance de termos bandeira vermelha no segundo semestre ainda existe, mas a chance é menor do que antes", explicou ele.

Coincidência ou não, na avaliação dele, a nova metodologia aprovada esta semana pela Aneel e com vigência já para maio resulta na possibilidade menor de acionamento de bandeiras tarifárias justamente em um ano eleitoral.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Governo decide dar prioridade à aprovação da MP da Eletrobrás

O governo vai dar prioridade à aprovação da MP 814, que destrava a privatização das distribuidoras da Eletrobrás em vez de prolongar o debate para aperfeiçoar os ajustes ao texto original na comissão criada para tratar do tema.

Ontem, **o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**, disse que o problema com emendas parlamentares, que fogem ao escopo original da MP deve ser resolvido com vetos presidenciais.

A MP perde validade em 1º de junho. Ao ser aprovada na comissão, a expectativa é que chegue com o prazo de pelo menos uma semana para análise e votação nos plenários da Câmara e do Senado.. Para o secretário, as discussões na comissão devem "evoluir" até o dia 8 de maio com a possibilidade de eliminar emendas prejudiciais ao setor.

Algumas emendas incorporadas ao relatório do deputado Júlio Lopes (PP-RJ), apesar de desagradarem ao setor, recebem o apoio do governo. "Há vários temas não resolvidos há muitos anos. A gente quer mostrar que a solução que vai ficar de pé acaba sendo melhor do que parece", disse Félix.

O secretário manifestou apoio, por exemplo, à atualização do custo de operação de 21 termelétricas da Petrobras, contratadas pelo Programa Prioritário de

Termelétricas (PPT). Essas usinas têm custo de operação atrelado ao preço do gás natural, que não é reajustado desde o racionamento em 2000.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Relator prevê criação de fundo para financiar rede de gasodutos

O Fundo Social do pré-sal, poupança criada em 2010 que destina metade de seus recursos para as áreas de saúde e educação, poderá ter sua fonte de receitas reduzida. O relator Julio Lopes (PP-RJ) incluiu na MP 814, que trata da privatização da Eletrobrás, a criação de um fundo para financiar a expansão da rede de gasodutos no país. Batizado de Dutogas, o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e Escoamento da Produção receberia parte dos recursos hoje destinados ao Fundo Social do pré-sal.

O Dutogas seria vinculado ao **Ministério de Minas e Energia** e administrado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). Pela proposta apresentada, fundo será financiado com 20% da receita da comercialização do petróleo e gás natural da União. Hoje, 100% dessa receita vai para o Fundo Social.

O Dutogas receberá 1% da receita oriunda do pagamento de transporte dos gasodutos já existentes. O fundo será aplicado em apoio financeiro reembolsável, tendo como garantia os ativos a serem financiados, sem necessidade de intermediação de agente financeiro, utilizado para financiar a construção de gasodutos de transporte, gasodutos de escoamento, unidades de processamento do gás e terminais de GNL.

O objetivo da proposta é criar uma rede nacional de gasodutos de transporte de gás natural para atender ao DF e às capitais que não contam com rede de gasodutos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Bruno Villas Bôas | Do Rio

Título: Com alta do gás, 1,2 milhão de casas passam a cozinhar com lenha ou carvão

O forte aumento de preço do gás de botijão aos consumidores e o orçamento ainda apertado levaram 1,2 milhão de lares brasileiros a passar a usar lenha ou carvão para cozinhar, mostram estatísticas de uma pesquisa domiciliar divulgada pelo IBGE.

O uso de lenha ou carvão para cozinhar cresceu 11% em 2017, chegando a 12,3 milhões de domicílios, de acordo com suplemento especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua).

Esse avanço foi especialmente mais acelerado no Norte do país. Na região, o aumento foi de 16%, chegando a 1,71 milhão de domicílios. No Sudeste, a região mais rica do país, o uso de lenha ou carvão também subiu significativamente: 13%, para 2,07 milhões, conforme os dados da pesquisa do IBGE.

Em meados do ano passado, a Petrobras iniciou uma nova política de reajuste de preços do gás em suas refinarias. O insumo passou a acompanhar o mercado internacional e com reajustes mensais. Na ponta, isso provocou um aumento de 16% do preço do gás de botijão ao consumidor.

Apesar do aumento de outras fontes, o uso de gás de botijão ou canalizado para cozinhar ficou estável, usado em 68,6 milhões de domicílios, alta de 0,8% frente ao ano anterior. Na prática, acompanhou o crescimento de 1% do número de domicílios no país. Outros combustíveis, porém, ganharam terreno.

O número de lares que declarou usar energia elétrica para preparar os alimentos, por sua vez, cresceu 23% no ano passado, de 22,1 milhões em 2016 para 27,3 milhões para 2017. Neste caso, tratam-se, por exemplo, de aparelhos de microondas e fornos elétricos.

O IBGE também identificou que uma parcela pequena, de 28 mil domicílios, usava outros tipos de combustíveis para cozinhar. Seria o caso, por exemplo, do etanol vendido em postos de combustíveis. Apesar da quantidade ínfima identificada na pesquisa, o uso teve consequências graves. Em Recife, por exemplo, o uso do álcool aumentou o número ferimentos por queimadura.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Bojan Pancevski e Emre Peker | Dow Jones Newswires, de Berlim e Bruxelas

Título: Merkel vai aos EUA para tentar evitar tarifa ao aço da UE

Autoridades alemãs acreditam que a Casa Branca cumprirá sua ameaça de impor tarifas mais altas ao aço e ao alumínio da União Europeia (UE). Assim, o encontro entre a premiê da Alemanha, Angela Merkel, e o presidente dos EUA, Donald Trump, deve ser a última chance de evitar um agravamento da disputa comercial entre as duas maiores economias do mundo.

Durante meses, UE e EUA negociaram intensamente as tarifas propostas. As autoridades alemãs, que há duas semanas estavam otimistas, acreditando que as tarifas poderiam ser evitadas, alertaram ontem que a perspectiva de algum tipo de acordo ficou mais vaga.

"Acreditamos que as tarifas provavelmente serão adotadas em 1º de maio", quando expira uma isenção temporária, disse uma autoridade alemã envolvida nas negociações e familiarizada com o pensamento de Merkel.

"Do jeito que as coisas estão no momento, devemos supor que o desfecho que tentamos profundamente para evitar infelizmente, vai acontecer", afirmou outra autoridade. "Não sabemos o que Trump vai decidir, mas não vemos motivo para grande otimismo."

Os países da UE também não conseguiram chegar a uma posição comum sobre uma proposta comercial alternativa capaz de desarmar a situação, disseram autoridades de vários países.

Na quarta-feira, os 28 países-membros do bloco foram atualizados sobre a evolução das negociações relacionadas às tarifas americanas, segundo pessoas a par das discussões. Um diplomata da UE disse que as autoridades em Bruxelas não estão otimistas quanto às chances de que Trump conceda uma isenção duradoura.

Se Trump impuser as tarifas, isso desencadeará um conflito comercial entre os EUA e a UE. O bloco já notificou a Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre as contramedidas planejadas: tarifas sobre uma série de produtos americanos, inclusive uísque e motocicletas Harley-Davidson, conforme elaboradas pela Comissão Europeia, o órgão executivo do bloco.

"Nossa prioridade é, claro, diálogo contínuo e de alto nível para garantir essa isenção permanente", disse Mina Andreeva, porta-voz da Comissão Europeia, mas "estamos prontos, se necessário".

Enquanto autoridades de países como a França adotaram uma retórica pública firme face à retaliação, a Alemanha, sujeita às maiores perdas de receitas com exportações, tem sido mais cautelosa.

Algumas autoridades em Berlim sinalizaram que a Alemanha está disposta a buscar um mini-acordo comercial, ou acordo sobre tarifas industriais, para resolver a disputa. Esse acordo incluiria a redução de tarifas da UE sobre certas exportações dos EUA, como carros, autopeças, produtos farmacêuticos e agrícolas, e apoio a Washington em medidas contra práticas comerciais chinesas injustas.

Essa ideia ganhou força entre alguns membros da UE, inclusive a França, durante uma cúpula de líderes em março, mas não tem apoio majoritário, em meio a interesses comerciais divergentes, disseram autoridades. Ilustrando as dificuldades, uma autoridade em Berlim observou que a França não tem exportações significativas de automóveis para os EUA, ao passo que a Alemanha exporta mais de 480 mil por ano para o mercado americano.

Nas negociações comerciais, autoridades europeias disseram que sua tática é dar a Trump a oportunidade de alardear qualquer acordo como sendo uma vitória.

Com base em conversas com os EUA, assessores de Merkel disseram esperar que Trump aborde duas questões importantes quando eles se encontrarem hoje.

Acredita-se que Trump pedirá à Alemanha que amplie seus gastos militares na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, aliança militar do Ocidente), que atualmente está aquém do referencial de 2% do PIB, e se oponha ao Nord Stream 2, gasoduto em construção no mar Báltico para levar mais gás da Rússia para a Alemanha.

Assim como o presidente Barack Obama, Trump se opõe ao gasoduto como parte de uma política americana visando conter a influência e as receitas da Rússia, bem como promover as exportações de gás natural liquefeito (GNL) americano para a Europa. No ano passado, o Congresso dos EUA autorizou Trump a impor sanções contra o Nord Stream 2, mas até agora o presidente não utilizou essa opção.

Merkel tem pouca margem política de manobra nessas duas questões. A construção do gasoduto está em estágio avançado e é ele vista como um projeto de importância estratégica para a maior economia da Europa. Sobre os gastos militares, a premiê está enfrentando oposição tácita de seu parceiro de coalizão de governo, os social-democratas, que nomearam o ministro das Finanças, Olaf Scholz. **(Colaborou Valentina Pop, de Bruxelas)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Petrobras e Eletrobrás chegam a acordo

A Eletrobrás e a Petrobras devem concretizar, possivelmente hoje, um acordo para por fim à negociação sobre a dívida de cerca de R\$ 20 bilhões que a elétrica tem com a petroleira referente à compra de combustível para geração

de energia. O **Valor** apurou que a Eletrobrás está terminando de acertar a separação das atividades de geração e transmissão da Amazonas Energia, faltando resolver apenas o envolvimento da Cigás, que também é credora da Eletrobrás. A Petrobras já concordou com os termos do aditamento.

O conselho de administração da elétrica se reúne hoje, e a questão está na pauta. Se não for possível aprovar o acordo, uma nova reunião deve ser convocada para segunda-feira (30 de abril), apesar do feriado no dia seguinte, pois essa é a data final para que a desverticalização da Amazonas Energia seja concluída.

Ficarão, porém, algumas pontas soltas. Os novos contratos de fornecimento de combustível pela Petrobras às subsidiárias da Eletrobrás no Norte terão uma cláusula que vai permitir discussões futuras sobre pontos ainda controversos. Com isso, será possível acontecer a assinatura dos documentos dentro do prazo.

Novo contrato de fornecimento de combustível deve ser mais 'sustentável' para a elétrica que o atual

Segundo uma fonte com conhecimento direto do assunto, não ficarão pendências, mas "condições de eficácia" que não podem ser garantidas neste momento. Muitas delas são referentes à aprovação da Medida Provisória (MP) 814, que resolve vários impasses referentes à geração de energia no Norte, principalmente para a Amazonas Energia e a Ceron (distribuidora de Rondônia).

O principal obstáculo à desverticalização, no entanto, foi superado quando a Petrobras aceitou um conjunto de garantias dado pela Eletrobrás para transferir os contratos da Amazonas Distribuidora para a Amazonas Geração e Transmissão. Entre as garantias, estão os recebíveis da estatal com a Eletropaulo, que concordou em pagar R\$ 1,4 bilhão à companhia para encerrar uma disputa que se arrastava na Justiça há mais de 30 anos.

Sem a transferência do contrato, não será possível concluir a desverticalização e, conseqüentemente, a privatização da Amazonas Distribuidora não sairá do papel ainda neste ano. Das seis concessionárias da Eletrobrás colocadas à venda, esta é, de longe, a pior em termos financeiros e de qualidade de serviço prestado.

A operação não foi concluída ainda porque a Petrobras exigia a repactuação da dívida bilionária antes de aprovar a migração do contrato. Dos R\$ 20 bilhões da dívida, a Eletrobrás não tinha lastro em recebíveis de fundos setoriais para cerca de R\$ 3 bilhões, o que estava atrasando o processo.

Com o conjunto de garantias, esse problema foi resolvido. Além disso, a MP 814, se aprovada da forma encaminhada pela comissão da Câmara nesta

semana, deverá viabilizar a normalização das contas da Amazonas Energia, hoje deficitária. "Será um novo contrato sustentável, eles chegaram a bons termos sobre as condições futuras", disse uma fonte. A companhia depende de recursos de fundos setoriais para subsidiar a geração de energia na região.

O não envolvimento da Cigás nas discussões também atrasou a conclusão do acordo. A companhia estatal amazonense é responsável pela aquisição do gás natural da Petrobras e pela venda à Amazonas Distribuidora, sendo necessária sua anuência para a migração do contrato.

"Apesar disso, surpreendentemente, a Cigás não vem sendo informada e muito menos consultada sobre determinadas medidas voltadas para a desverticalização da Amazonas Energia", diz uma carta enviada pela companhia em fevereiro ao **Ministério de Minas e Energia**, à Petrobras e à Eletrobrás, assinada pelo seu presidente, Heraldo Beleza da Câmara.

Depois disso, a companhia foi envolvida posteriormente na discussão e, segundo o **Valor** apurou, estava negociando os últimos ajustes no contrato.

O prazo final para aprovação do contrato é 30 de abril, mas a companhia terá ainda 30 dias para comprovar perante a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) os atos necessários. Como o regulador terá alguns dias para avaliar, a anuência definitiva deve ser publicada em meados de junho. O cronograma anterior previsto para a privatização das distribuidoras da Eletrobrás era maio, mas a estatal já admitiu que a operação deve ficar para julho. Ainda falta a publicação da avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a venda das concessionárias.

Procuradas, Eletrobrás e Petrobras não comentaram o caso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti | De São Paulo

Título: CVM terá que organizar regras para disputa por controle da Eletropaulo

Há nos bastidores uma grande confusão sobre as regras do jogo para a disputa entre Enel e Neoenergia pelo controle da Eletropaulo. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) está, neste momento, debruçada para organizar a competição, pois as regras existentes deixam espaço para dúvidas.

O esclarecimento da autarquia deve ocorrer nos próximos dias, conforme o **Valor** apurou. Neste momento, as questões ainda estão sendo discutidas internamente.

Uma competição pública tão acirrada pelo controle de uma empresa pulverizada no mercado - sem dono - é uma situação inédita no mercado brasileiro. Existem regras para essa circunstância, mas nunca testadas na prática.

Há duas questões principais em análise. Uma delas é se a disputa entre as concorrentes europeias pode ou não ocorrer durante o próprio leilão, lance a lance, ou se deve ficar restrita a uma guerra de editais, no máximo, até a véspera do leilão. A outra dúvida é se será permitida interferência compradora no leilão - um terceiro ou até quarto interessado, cujo lance só se tornará público na hora.

Neste momento, o leilão das ofertas foi unificado por determinação da CVM e está marcado para dia 18. Mas o regulador pode, se julgar necessário, alterar essa data.

A existência do leilão torna a oferta de aquisição de ações viável. Ele permite que o investidor das ações alvo saiba da existência de uma proposta de compra e o horário em que ela ocorrerá. Assim, pode se habilitar a vender os papéis.

As dúvidas foram levadas à B3, que repassou os questionamentos à CVM. Especialmente neste caso, a ferrenha competição torna a mecânica essencial para a estratégia. Além da superintendência de registros da autarquia, o tema deve chegar ao colegiado - a instância de poder mais alta da casa, formada por cinco diretores.

Somente nas últimas 48 horas, a disputa pela Eletropaulo já registrou três novos lances. O valor atual está em R\$ 32,20, anunciado ontem pela Enel. A oferta equivale a R\$ 5,4 bilhões pela empresa toda - quase o dobro dos R\$ 2,8 bilhões de valor do fim de 2017.

As ofertas de aquisição de ações (OPA) são reguladas pela Instrução 361, criada em 2002, pela CVM. O texto sofreu alterações relevantes em 2010, após a disputa pelo controle da empresa de telefonia GVT - uma operação de R\$ 7,5 bilhões. Vivendi e Telefônica travaram uma batalha por meio de OPAs, em 2009, mas que terminou bem antes do leilão em bolsa.

O objetivo das alterações foi maximizar a competição em benefício dos acionistas. Na época, a Vivendi adotou estratégias que abreviaram a concorrência, com uso de derivativos de ações - o que ensejou não apenas a reforma da regra como um processo sancionador, encerrado após o pagamento de uma multa de R\$ 150 milhões.

Oito anos depois dos ajustes, a regra ainda não foi testada. No Brasil, como predominam companhias com dono majoritário, as aquisições de controle são,

em sua maioria, negociadas de forma privada. Nesses casos, o acionista de mercado com ações ordinárias tem a oferta de "tag along" garantida por lei para ter acesso ao prêmio de controle.

Nas empresas sem dono, nas quais as ações estão dispersas entre diversos investidores, as disputas são mais frequentemente públicas. A aquisição de controle só é possível por meio de um leilão.

Agora em teste pela primeira vez, a regra demonstrou ter artigos que, se colocados em prática juntos, são incompatíveis.

Reformada há oito anos, mas nunca testada, instrução sobre OPAs tem artigos que juntos são incompatíveis

Ao mesmo tempo que a Instrução 361 garante, no artigo 12, a elevação de preços dentro do leilão de uma OPA e assegura a permissão para interferências compradoras (lances surpresas), determina que o ofertante não pode elevar preço no certame se já existir uma OPA concorrente.

Em outro trecho, no artigo 13, a regra permite que, num cenário de competição, os ofertantes aumentem o preço de suas propostas "tantas vezes quantas julgarem conveniente", sem determinar se os lances ocorrem somente no edital ou se podem seguir durante o leilão.

Juntos, esses artigos significariam que nem Enel nem Neoenergia poderiam subir preço no leilão mesmo se surgisse um comprador surpresa. Assim, elas ficariam em desvantagem. Além disso, seria o fim da disputa, que é boa para o investidor. Ao mesmo tempo, a regra libera sucessivos aumentos de preço sem especificar limites e sem excluir o leilão.

Outro item da consulta à CVM é que quem lança uma OPA precisa levar à bolsa garantia de fundos para pagamento da operação. Essa exigência, contudo, não existe para quem quiser interferir no leilão.

Embora interferências compradoras não cheguem de forma totalmente surpreendente, quem adotar esse procedimento pode manter em segredo seu lance até o momento final e evitar custos com obtenção prévia de garantias bancárias para os recursos. A única exigência é que se algum interessado tiver pretensão de surgir, precisa comunicar até dez dias antes do leilão sua intenção.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | De São Paulo****Título: Decreto do governo define normas para venda de ativos da Petrobras**

O presidente Michel Temer publicou ontem um decreto estabelecendo regras de transparência e boas práticas para a venda de campos e blocos exploratórios da Petrobras. A medida consolida a sistemática já praticada pela estatal em seu programa de desinvestimentos desde o ano passado, quando a empresa teve de rever seus procedimentos de venda para atender às exigências do Tribunal de Contas da União (TCU).

Na prática, nada muda nos procedimentos que a Petrobras já vem adotando: os campos e blocos de exploração incluídos no programa de desinvestimentos serão divulgados publicamente de forma que toda empresa interessada tenha a possibilidade de manifestar-se. Esse modelo, por exemplo, tem sido adotado na venda de seus campos terrestres e em águas rasas. Na avaliação do sócio do escritório Schmidt Valois, Paulo Valois, contudo, o decreto traz maior segurança jurídica às negociações, ao eliminar algumas dúvidas do setor.

"A Petrobras já vinha adotando essa sistemática [de concorrência na venda de seus ativos]. Agora o governo decidiu materializar, sistematizar de forma mais clara essas regras. O decreto dá menos margens de manobra para que a Petrobras possa adotar práticas diferentes para os seus campos. Além disso, desfaz algumas dúvidas que o mercado tinha", comenta.

A medida define um modelo que tem sido adotado na venda de campos terrestres e em águas rasas pela estatal

Valois cita, como exemplo, que o decreto garante o direito de preferência de sócios nas vendas de ativos onde haja cláusulas do tipo e reafirma que a contratação de bens e serviços por consórcios liderados pela Petrobras permanecerá regida pelo regime próprio das empresas privadas. Valois explica, no entanto, que não significa dar "carta-branca" à Petrobras, já que muitos dos acordos de operações conjuntas (Joint Operating Agreement-JOA) preveem práticas de concorrências para aquisições de bens e serviços. "O que o decreto faz é reconhecer a validade das JOAs", afirmou.

O decreto dá também maior segurança jurídica às alianças estratégicas assinadas pela Petrobras e que envolvem vendas de ativos no âmbito de acordos globais de parcerias estratégicas.

A estatal brasileira tem alianças globais do tipo com empresas como a Statoil, BP, Total, Galp e CNPC. No âmbito desses acordos de cooperação, vendeu, por exemplo, 25% do campo de Roncador, na Bacia de Campos, para a Statoil, e 35% do campo de Lapa e 22,5% da concessão de Iara, ambos no pré-sal da Bacia de Santos, para a Total.

Na prática, segundo Valois, o decreto permite que a estatal continue a negociar diretamente a venda de campos com essas petroleiras, ao invés de abrir uma concorrência, desde que o negócio esteja incluído no escopo de uma aliança global maior, já que os procedimentos previstos no decreto não valem para "formação ou modificação de parcerias ou consórcios, quando a escolha do parceiro estiver associada a características particulares e vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas".

Vale lembrar que as vendas de Lapa e Iara, para a Total, por exemplo, foram alvos de processos na Justiça, acionados por representantes dos sindicatos dos petroleiros. As negociações chegaram, inclusive, a serem suspensas, por força de liminares.

Ainda que não repita os mesmos procedimentos, o processo concorrencial estabelecido no decreto presidencial também aproxima o plano de venda de ativos da companhia do processo de abertura do mercado do México. Naquele país, os campos ou participações colocados à venda pela estatal Pemex são negociados por meio de rodadas de licitação. Embora o decreto brasileiro não preveja leilões, como no México, a venda dos campos da Petrobras passará também por uma espécie de concorrência pública.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Conselho da estatal passará a ter 40% dos membros independentes

Os acionistas da Petrobras aprovaram ontem, em assembleia geral, a reforma do estatuto social da companhia. Dentre as principais mudanças trazidas pela nova versão estão o aumento do número de conselheiros independentes e a abertura da possibilidade de pagamento de dividendos trimestrais.

De acordo com a nova versão do estatuto, o conselho de administração deve ser composto, no mínimo, por 40% de membros independentes, considerando em seu cômputo o eleito pelos empregados. Na versão anterior, esse percentual era de 30%. Na prática, significa que o número de conselheiros independentes passa de três para cinco.

A reforma do estatuto também veta a participação dos empregados, diretores-executivos e do presidente da companhia nos comitês de assessoramento do conselho. A medida foi bastante contestada por sindicalistas na assembleia, que durou cerca de seis horas.

A nova versão do estatuto também elevou de dez para onze o número máximo de membros do conselho de administração. O grupo será formado por, no mínimo, sete integrantes.

O economista Marcelo Mesquita foi eleito pelos detentores de ações ordinárias. Ele, que já atuava como membro do conselho, foi indicado pelos acionistas Leblon Ações Master FIA, Leblon Icatu Previdência FIM e Ataulfo LLC. Já os preferencialistas elegeram Sônia Júlia Sulzbeck Villalobos (indicação do Leblon e Ataulfo).

Por parte do acionista controlador, foram eleitos oito nomes, sendo que cinco já ocupam um assento no conselho: o presidente do conselho, Luiz Nelson Carvalho; o presidente da estatal, Pedro Parente; o advogado Francisco Petros Papathanasiadis; o professor de engenharia Segen Estefen; e o contador Jerônimo Antunes. Entre os estreantes no grupo estão a economista e consultora em sustentabilidade Clarissa de Araújo Lins; o engenheiro José Alberto de Paula Torres Lima; e a também engenheira Ana Lucia Poças Zambelli.

O 11º integrante é o eleito pelos empregados, o engenheiro químico Christian Queipo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Rafael Rosas | Do Rio

Título: Vale reorganiza área de metais de olho na demanda do carro elétrico

A área de metais da Vale está passando por uma reorganização em sua estrutura, incluindo processos e pessoas. O objetivo é preparar-se para um cenário de maior demanda por níquel de alta qualidade no futuro, o que se vincula ao desenvolvimento dos carros elétricos. A Vale tem qualidade no níquel, especialmente em Sudbury, no Canadá, comparável ao minério de ferro de Carajás, no Pará. Mas o problema hoje é que a mineradora vende parte de seu níquel de alta qualidade para o mercado de aço inox, sem receber "prêmios" sobre os preços de referência da London Metal Exchange (LME).

Essa situação é resultante da realidade de mercado. Hoje mais de dois terços da demanda de níquel no mundo vem da indústria de aço inox, segmento que não precisa necessariamente de matérias de alta qualidade e elevado grau de

pureza. Mas tendo a maior parcela de seu portfólio em produtos premium, a Vale termina vendendo parte de sua produção de níquel de alta qualidade para produção de aço inox, sem ser adequadamente remunerada. Apesar das dificuldades, o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, diz ver "excelentes" perspectivas para o negócio de metais básicos. O otimismo passa por fornecer níquel para baterias de carros elétricos.

"O trabalho que estamos fazendo é a integração da área de metais à Vale", disse Schvartsman ao **Valor**. Ele afirmou que a área de metais era "independente" da Vale e, por consequência, o poder de gestão da empresa sobre esse negócio era reduzido. "Estamos nos aproximando dessa operação", afirmou. Dentro dessa estratégia não faz sentido, diz Schvartsman, atrair sócios para o negócio de metais, movimento que a Vale já tentou fazer em anos recentes. O que a empresa continua a perseguir é vender uma parte da Vale Nova Caledônia (VNC), produtora de níquel na Oceania, um processo que deve ter um desfecho até o fim do ano. A VNC é uma operação complexa, que gerou perdas para a Vale no passado recente e agora a companhia terá que definir sobre a continuidade dessa operação.

Eduardo Bartolomeo, diretor-executivo de metais da Vale, disse que a empresa tem o melhor produto da indústria de níquel. "Precisamos preparar o 'cavalo' para ganhar a corrida quando o mercado vier para nós de forma positiva, o que imaginamos vá acontecer", disse Bartolomeo, ontem, em teleconferência com analistas. Ele assumiu a operação de metais da Vale, no Canadá, há quatro meses e já tem o diagnóstico da operação.

No primeiro trimestre, o negócio de metais representou 16% do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da Vale e a meta é fazer o segmento elevar esse índice para 30% em dois anos. Em termos nominais, a área de metais foi responsável por um Ebitda de US\$ 644 milhões de janeiro a março, acima dos US\$ 442 milhões do mesmo período do ano passado. No total, a Vale vendeu 58 mil toneladas de níquel no primeiro trimestre de 2018, abaixo das 72 mil toneladas do mesmo período de 2017. A queda foi motivada pela "otimização" da produção, acúmulo de estoques e parada para manutenção de algumas minas.

Bartolomeo disse que a Vale não está satisfeita com os preços atuais do níquel. No primeiro trimestre, os preços da commodity na LME, em Londres, ficaram, em média, em US\$ 13,2 mil por tonelada, acima dos US\$ 11,5 mil por tonelada do quarto trimestre de 2017. "Nossa estratégia é gerenciar fornecimento e acompanhar curvas de preço, capturando prêmios para nosso produto, que é especial."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro e Marcos de Moura e Souza | De São Paulo e Belo Horizonte****Título: Anglo contrata experts para varrer dutos**

A mineradora Anglo American prevê assinar hoje a contratação de duas empresas internacionais especializadas que terão como missão fazer uma varredura em todo o mineroduto do sistema Minas-Rio. O objetivo é detectar se há sinais de fragilidades na estrutura - como trincas e corrosão - da tubulação, que, por duas vezes, se rompeu em março, em dois pontos próximos um ao outro.

Os dois vazamentos não fizeram vítimas e os impactos ambientais foram limitados. O que vazou numa área rural do município de Santo Antônio do Grama (MG) foi minério triturado e água.

Mas a multinacional se viu na posição de antecipar em um ano um "check up" em todo o mineroduto, que tem 545 km de extensão e que liga a mina da Anglo no interior de Minas ao litoral do Rio de Janeiro, de onde é exportado.

No início da semana, a companhia anunciou que a produção de minério de ferro do Minas-Rio só será retomada no quarto trimestre. Anunciou também que devido à paralisação os lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ficará este ano entre US\$ 300 milhões a US\$ 400 milhões menor do que o esperado.

Esse valor abrange desde os custos de reparação, limpeza de do rio afetado, ressarcimento de partes afetadas e conserto das tubulações até perda de receita com paralisação das operações, disse ao **Valor** Ruben Fernandes, presidente da companhia no Brasil.

Pelo cronograma da direção da mineradora no Brasil, os trabalhos de rastreamento dos tubos - conhecido pela sigla PIG, de Protection Inspection Gauge - serão realizados de maio a julho pelas duas empresas especializadas, cujos nomes ainda não foram revelados. O equipamento a ser usado por elas fará uma espécie de ultrassom na imensa rede de tubos da mineradora.

Entre agosto e setembro, seriam feitos os reparos e obras que venham a ser necessárias. "Em outubro, se tudo sair como o previsto, esperamos ter condições de começar a retomar as atividades no Minas-Rio, disse Fernandes.

Algumas perguntas continuam sem resposta. Uma delas, o que causou os rompimentos. A resposta preliminar da empresa é que uma trinca se abriu na

solda longitudinal do tubo. Foi o que parece ter ocorrido nos vazamentos de 12 e 29 de março. Técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) estão incumbidos de fazer um diagnóstico.

Há outras duas perguntas que até agora a Anglo American prefere não responder, antes de ter o resultado final do trabalho de inspeção. Quem fabricou os tubos que estouraram? E quantos quilômetros do mineroduto foram feitos com os tubos desse fornecedor?

De acordo com o sindicato Metabase, que reúne trabalhadores da Anglo, e de acordo com uma fonte da empresa, os países de origem dos fabricantes são Argentina, Estados Unidos, Japão e China.

A paralisação da empresa levará não só ao encolhimento do lucro, mas também a um lay-off que deverá atingir cerca de mil dos 2,5 mil trabalhadores do Minas-Rio. Outro reflexo deve aparecer nos municípios que recebem royalties da Anglo pela exploração de minério de ferro em seu subsolo.

A mina fica em Conceição do Mato Dentro e em Alvorada de Minas. "A previsão é que gente vá deixar de arrecadar a taxa CFEM [o chamado royalty da mineração] durante cinco meses. Isso significa que vamos deixar de arrecadar em torno de R\$ 20 milhões", disse o prefeito de Conceição do Mato Dentro, José Fernando de Oliveira.

Com um orçamento municipal previsto para este ano de cerca de R\$ 120 milhões, a queda na arrecadação vai obrigar ao adiamento do início de algumas obras, afirmou. Fernandes informou que, para compensar as perdas de arrecadação, a Anglo vai antecipar alguns investimentos previstos para o município, como o de um hospital e o de um aterro sanitário.

No momento, disse que tem 380 pessoas atuando na limpeza do rio afetado pelos dois rompimentos, num trajeto de 11 km. Cerca de 80% do material derramado já foi retirado, afirmou.

Segundo o executivo, as obras da chamada fase 3 do Minas-Rio não serão afetadas pela suspensão da produção de minério. Com elas, a partir de 2020, atingirá capacidade de 26,5 milhões de toneladas ao ano. O município prevê arrecadar R\$ 1,5 milhão mensal com ISS.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás | De São Paulo****Título: Hydro alerta sobre risco de baixa contábil**

Outro grupo às voltas com problemas ambientais, o norueguês Norsk Hydro, também pode ter um efeito substancial em seu resultado de 2018 pela parada - nesse caso parcial - das operações no Brasil. O presidente da companhia, Svein Richard Brandtzaeg, disse ontem que se a Alunorte e a Mineração Paragominas não retomarem plena capacidade no segundo trimestre, uma baixa contábil para reduzir o valor recuperável dos ativos será necessária.

Desde o início de março, as atividades da Alunorte, refinaria de alumina da Hydro em Barcarena (PA), estão funcionando pela metade. Logo depois, Paragominas, sua mina de bauxita no mesmo Estado, também teve de funcionar com metade da ocupação. Recentemente, a Albras, fabricante de alumínio primário que divide com um consórcio asiático, também reduziu a produção em 50%.

No balanço do primeiro trimestre, a Hydro reconheceu 450 milhões de coroas norueguesas (US\$ 56 milhões) em redução do lucro operacional recorrente. Mesmo assim, o lucro líquido atribuído a controladores subiu 18,7% em comparação anual, para US\$ 265 milhões.

De janeiro a março, a Hydro produziu 1,28 milhão de toneladas de alumina, 16% a menos do que no mesmo período do ano passado. A produção de bauxita, matéria-prima da alumina, caiu 3%, para 2,33 milhões de toneladas. A área de bauxita e alumina da empresa, que basicamente concentra suas operações brasileiras, manteve o Ebitda praticamente estável na mesma comparação, em US\$ 172 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: MME propõe metas para o RenovaBio**

O Ministério de Minas e Energia (MME) elaborou uma proposta preliminar que estabelece como meta uma redução de 7% na intensidade da emissão de carbono dos combustíveis nos próximos dez anos, conforme documento obtido pelo **Valor**. O modelo foi apresentado em reunião do Comitê RenovaBio e circula entre representantes do segmento.

As metas de emissão são consideradas o elemento central do programa RenovaBio, já que determinarão o grau de incentivo à produção de biocombustíveis. Para garantir essa redução de 7%, o MME avaliou que, em 2028, teriam que ser comercializados 79,7 milhões de certificados de biocombustíveis (CBios). Os CBios serão vendidos pelos produtores às distribuidoras em bolsa.

O preço dos CBios oscilará conforme oferta, demanda e atuação de players financeiros. Uma das hipóteses trabalhadas pelo MME é de um preço de R\$ 34 por tonelada em 2028, conforme valores esperados para 2020 no mercado internacional de carbono e um câmbio de R\$ 3,40. Isso significaria que o mercado de CBios poderia movimentar R\$ 2,71 bilhões em 2028.

O modelo adota como premissa que, em 2018, cada megajoule de energia produzida pela média dos combustíveis no Brasil vai emitir 73,55 gramas de gás carbônico equivalente (a todos os gases de efeito estufa). Essa relação é chamada de intensidade de carbono.

Para 2019, a meta de intensidade de carbono da matriz de combustíveis proposta pelo MME é de 73,52 gramas de CO₂ equivalente por megajoule. O modelo prevê uma redução progressiva até 2020, depois um aumento até 2022 para 73,46 gramas de CO₂ equivalente por megajoule, e posteriormente uma retomada da redução da meta para até 68,97 gramas de CO₂ equivalente por megajoule em 2028. Em relação a 2018, esse número representa uma redução de 7%.

Isso não significa, porém, que a diminuição da intensidade de carbono reduzirá o volume total de gases de efeito estufa emitidos pelos combustíveis em 2028 em relação a 2018. Se essas metas forem adotadas, a emissão total de CO₂ equivalente em 2028 deverá ser de 345 milhões de toneladas, enquanto para este ano a perspectiva é que a matriz de combustíveis emita 289 milhões de toneladas de CO₂ equivalente.

No entanto, sem essas metas, o MME avalia que a matriz de combustíveis do Brasil chegaria em 2028 emitindo 425 milhões de toneladas de CO₂ equivalente - 80 milhões de toneladas a mais apenas em 2028 caso não seja implementado o RenovaBio. Em dez anos, as metas evitariam a emissão de 552,7 milhões de toneladas de CO₂ equivalente.

O modelo do MME é pautado em várias premissas de econômicas. Uma delas é de que o consumo de ciclo Otto crescerá 24,3% até 2028. Também foi considerado que a frota brasileira aumentará em média 2% ao ano, entre outras.

Se esse modelo se confirmar, haverá um impacto no perfil da demanda por combustíveis. O MME avalia que haverá um aumento da participação dos biocombustíveis na matriz, o que significaria um aumento da demanda por etanol hidratado em 76% em dez anos, ou de 20,2 bilhões de litros, para 35,7 bilhões de litros em 2028.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Bônus da Usina Coruripe

A usina de açúcar e álcool Coruripe conclui ontem encontros com investidores, mas não lançou a emissão de bônus na sequência. De acordo com uma fonte, os bancos ainda não definiram os próximos passos com a companhia. "Momento de mercado, deals concorrentes e feedback dos investidores serão determinantes para a decisão", disse outra fonte. A empresa pretende levantar US\$ 425 milhões com a colocação de bônus com prazo de sete anos. A tentativa de venda acontece em um momento de volatilidade dos títulos do tesouro americano. No início da semana, os Treasuries de dez anos romperam a barreira de 3%. A operação é coordenada pelo ABN, BB, Itaú BBA, J.P.Morgan, Santander e XP Investimentos. **(Daniela Meibak)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Petros vai leiloar sede e mais seis imóveis

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, pode levantar pelo menos R\$ 111,5 milhões com os leilões de sete imóveis de sua carteira, considerando-se o lance inicial previsto para cada um deles. Entre os edifícios está a sede da fundação no Rio, cujo valor mínimo é de R\$ 45,1 milhões. As operações estão previstas para ocorrer no dia 24 de maio.

A entidade traçou um plano para vender dez empreendimentos, mas recebeu propostas por apenas três deles. Desta forma, decidiu leiloar os outros sete. Além da sede, irão a leilão imóveis em Brasília, São Paulo, Curitiba e também no Rio de Janeiro. Os valores dos lances iniciais estão disponíveis no site Frazão Leilões, que realizará as transações. A carteira imobiliária da entidade é avaliada em pouco mais de R\$ 4 bilhões, e a maior parte está no PPSP, o plano de

benefício definido. A carteira de imóveis foi a única do fundo que teve perdas em 2017, de 2,78%.

Segundo a Petros, o plano de desinvestimento de imóveis tem foco em ativos cujos perfis não se enquadram em sua atual estratégia de gestão de ativos. Há, por exemplo, imóveis com porte reduzido, o que implica significativo custo de gestão ante o resultado agregado à carteira.

É o caso, por exemplo, do edifício-sede. O imóvel está alocado no plano de gestão administrativa (PGA) da Petros, destinado às despesas administrativas da fundação e que precisa de liquidez. A decisão de vender o ativo tem, entre outros motivos, o objetivo de corrigir essa situação, disse a entidade.

Ainda segundo a Petros, não seria o caso de aguardar eventual recuperação do mercado, já que o objetivo do plano é aumentar a flexibilidade da carteira de investimentos, de forma a ter mais liquidez para aplicar em investimentos que possam oferecer melhor rentabilidade ajustada ao risco.

"Vale observar também que no caso de venda da sede nesse leilão, a Petros mudaria para um dos imóveis pertencentes aos planos onde há vacância, com disponibilidade de espaço suficiente para toda a fundação", afirmou a entidade. Hoje, o site da fundação tem 17 imóveis para locação. Um dele é o edifício Lavradio, que foi construído com o objetivo de ser a nova sede da Petros, mas nunca aconteceu.

A ideia de mudar a sede da Petros, com a venda da sede, surgiu no início de 2017. A mudança da sede está sendo analisada e não há definição, de acordo com a fundação. Pelas condições do leilão, o contrato deverá prever uma cláusula para que a Petros possa locar o imóvel onde é sua sede por 12 meses depois do certame.

MME / ASCOM .